

DEFENSOR PÚBLICO

15/06/2014



PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 08
História de Goiás	09 e 10
Direito Constitucional	11 a 20
Direito Administrativo	21 a 25
Direito Civil	26 a 30
Direito Processual Civil	31 a 40
Direito Penal	41 a 45
Direito Processual Penal	46 a 50
Direito do Consumidor	51 a 60
Direito da Criança e do Adolescente	61 a 70
Direito do Idoso	71 a 75
Direitos Humanos	76 a 85
Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública do Estado de Goiás	86 a 100

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 100 questões.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha, no cartão-resposta, a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. As provas terão a duração de **cinco horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se do prédio após terem decorridas **quatro horas de prova**. O caderno de questões só poderá ser levado depois de decorridas **quatro horas e trinta minutos** de prova.
6. **AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 03.

Texto 1

Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglôtismo. A solvência, a nosso sentir, divorcia-se de qualquer iniciativa legiferante. Viceja na dialética meditabunda, ao inverso da almejada simplicidade teleológica, semiótica e sintática, a rabulegência tautológica, transfigurada em plurilinguismo ululante indecifrável. Na esteira trilhada, somam-se aberrantes neologismos insculpados por arremedos do insigne Guimarães Rosa, espalmados com o latinismo vituperante. Afigura-se até mesmo ignominioso o emprego da liturgia instrumental, especialmente por ocasião de solenidades presenciais, hipótese em que a incompreensão reina. A oitiva dos litigantes e das vestigiais por eles arroladas acarreta intransponível óbice à efetiva saga da obtenção da verdade real. *Ad argumentandum tantum*, os pleitos inaugurados pela Justiça pública, preceituando a estocástica que as imputações e defesas se escudem de forma ininteligível, gestando obstáculo à hermenêutica. Portanto, o hercúleo despendimento de esforços para o desaforamento do “juridiquês” deve contemplar igualmente a magistratura, o ínclito Parquet, os doutos patronos das partes, os corpos discentes e docentes do magistério das ciências jurídicas.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *O judiciário ao alcance de todos*. 2ª ed. Brasília: AMB, 2007. p. 4.

— QUESTÃO 01 —

O texto faz uma crítica a um problema enfrentado pelos interlocutores do discurso jurídico. Esse problema envolve

- (A) a morosidade da justiça e está explicitado em trechos como “diagnosticada a mazela” e “divorcia-se”.
- (B) o excesso de hierarquia do sistema judiciário, como demonstram os termos “oitiva” e “solenidades”.
- (C) o prejuízo da objetividade em certos usos do jargão jurídico, representado pela escolha lexical e pela articulação oracional que tornam o conteúdo das ideias veiculadas pouco acessível ao leitor.
- (D) a falta de conhecimento de termos técnicos e da organização estrutural restritos a cada tipificação jurídica, conforme indica o conjunto de palavras relativas às partes nos processos.
- (E) o excesso de trabalho do Judiciário, decorrente do aumento de litígios sem fundamentação legal.

— QUESTÃO 02 —

Considerando o conteúdo do texto, a frase, “Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglôtismo”, a palavra “poliglôtismo” diz respeito à

- (A) melhoria da formação do profissional de Direito em outras línguas.
- (B) carência de funcionalidade no emprego de estrangeirismos.
- (C) dimensão internacional das decisões circulantes na esfera jurídica.
- (D) necessidade de tradução juramentada de certos documentos judiciais.
- (E) origem romana de alguns princípios fundamentais do Direito.

— QUESTÃO 03 —

Qual o significado contextual de *ad argumentandum tantum*, latinismo recorrente no discurso jurídico?

- (A) Expressão de pouco peso contetudístico para conferir erudição e grandiloquência ao discurso das partes.
- (B) Termo do discurso penal referente a erro por parte do criminoso quanto à pessoa da vítima.
- (C) Construção de valor gramatical preciosista relativa à origem dos fatos descritos nas peças jurídicas.
- (D) Recurso linguístico referente à pessoa ou coisa preparada para determinada missão ou circunstância.
- (E) Ato linguístico com o qual se confere a alguém a liberdade em optar pela prática ou omissão de um ato.

— QUESTÃO 04 —

Leia o Texto 2 a seguir.

Texto 2



Disponível em: <ddrh.ufg.br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

A charge faz uma crítica à desobediência de um artigo da Constituição Federal. Tal desobediência fere princípios básicos da administração pública, que dizem respeito à

- (A) eficiência e especialização dos serviços públicos.
- (B) publicidade e notoriedade dos atos públicos.
- (C) razoabilidade e à proporcionalidade.
- (D) impessoalidade e à moralidade.
- (E) liquidez e exequibilidade das obrigações jurídicas.

Leia o Texto 3 para responder às questões de 05 a 07.

Texto 3

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 30 jan. 2014.

— QUESTÃO 05 —

Tendo em vista, a organização do Texto 3, a característica que distingue discursiva e linguisticamente o gênero “lei” dos demais textos jurídicos é a

- expressão da voz de autoridade em primeira pessoa do singular.
- disposição estrutural do texto em artigos, parágrafos e alíneas.
- subjetividade na exposição dos fatos, penas e comandos.
- formalidade de estilo adotada em determinadas partes do texto.
- citação da doutrina clássica da área na qual se inscreve o texto.

— QUESTÃO 06 —

Em sua acepção técnica, lei equivale a uma regra escrita, dotada de poder normativo. No Texto 3, a normatividade do conteúdo da lei é marcada por

- uso esporádico de recursos explicativos dos princípios legais.
- estratégias injuntivas e de construção da neutralidade.
- recorrência de raciocínio indutivo.
- expressões de possibilidade geradoras de intimidação no leitor.
- escolha lexical de valor ambíguo.

— QUESTÃO 07 —

O teor da lei, no Texto 3, organiza-se em torno

- da apresentação de informações relativas à sua origem.
- do envolvimento dos órgãos governamentais com as causas sociais.
- da sugestão de solução para problemas sociais via políticas públicas.
- do restabelecimento da igualdade e da solidariedade entre os homens.
- da atribuição de responsabilidades sociais e de direitos dos cidadãos.

— QUESTÃO 08 —

Leia o Texto 4 a seguir.

Texto 4



Disponível em: <<http://alegriaeboadisposicao.com/2013/05/07/nao-sei-onde-erramos-contigo-filho/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

Considerando-se os pressupostos norteadores do Texto 3, o Texto 4 sugere como uma das causas da delinquência juvenil

- o desencontro de valores entre as gerações.
- a desestruturação dos ambientes penitenciários.
- o descuido das famílias em relação às crianças e aos jovens.
- a falta de aplicação dos recursos públicos na formação dos jovens.
- a inacessibilidade das famílias às instituições públicas de proteção ao adolescente.

— QUESTÃO 09 —

Excluído do Lyceu por 15 dias a vista da representação apresentada pelo professor de Francês e pelo bedel do Lyceu, o aluno Hugo de Carvalho Ramos por ter infringido o parágrafo 8º do Artigo 92 do Regulamento, e mandando que lhe contem as respectivas faltas.

AMARAL, Mirian Bianca. *Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás-(1846-1934)*. Tese de Doutorado, UFG, 2011. p.241. [Adaptado].

O texto apresentado é indicador da cultura escolar existente em Goiás no início do século XX, caracterizada pela

- (A) inexistência de privilégios socioeconômicos entre os discentes, demonstrada pela divulgação do nome do aluno e da punição aplicada.
- (B) ruptura com o padrão cultural europeu, associada ao nacionalismo exigido pelo regime republicano recém-estabelecido.
- (C) resistência dos jovens ao ensino formal, considerado inadequado na época para uma região de economia agropastoril.
- (D) ênfase na disciplina rígida do ambiente escolar, como estratégia pedagógica capaz de garantir um ensino de qualidade.
- (E) valorização da permanência dos discentes no ambiente escolar, associada ao compromisso estatal na universalização do ensino.

— QUESTÃO 10 —

A construção de Goiânia, a partir de 1933, transformou o espaço urbano do município de Campinas. Nessa construção, a cidade de Campinas

- (A) passou por um processo de planejamento e reestruturação urbanística associado a tendência de verticalização da nova capital.
- (B) apresentou um alto crescimento demográfico em consequência da chegada de trabalhadores para a construção da nova capital.
- (C) foi escolhida para sediar a nova capital em virtude do potencial econômico do município que era atendido pela Estrada de Ferro Goiás.
- (D) preservou a autonomia municipal frente à criação da nova capital por meio do redimensionamento do território sob sua administração.
- (E) tornou-se um centro de atração religiosa em decorrência da chegada e ao estabelecimento da missão redentorista na região.

— QUESTÃO 11 —

A Constituição Federal de 1988 é conhecida como a “Constituição Cidadã” em função de seu vasto rol de direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido,

- (A) o direito à vida é considerado inviolável, razão pela qual não comporta exceções, sendo inconstitucionais as regras fixadas no art. 128, incisos I e II, do Código Penal, que preveem aborto necessário e sentimental.
- (B) os direitos fundamentais diferenciam-se das garantias fundamentais na medida em que os direitos se declaram, enquanto as garantias têm um conteúdo assecutoratório daqueles.
- (C) a característica principal dos direitos fundamentais é a indivisibilidade, o que significa reconhecer que os direitos fundamentais não comportam divisão no tempo, sendo, portanto, imprescritíveis.
- (D) a igualdade de todos perante a lei repele qualquer prática discriminatória ainda que empreendida com propósito afirmativo.
- (E) os direitos fundamentais são de titularidade exclusiva das pessoas naturais, dado que decorrentes do princípio da dignidade da pessoa humana.

— QUESTÃO 12 —

A propósito dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, reconhece-se que

- (A) o pluralismo político está inserido entre seus objetivos.
- (B) a livre iniciativa é um de seus fundamentos e se contrapõe ao valor social do trabalho.
- (C) a dignidade é também do nascituro, o que desautoriza, portanto, a prática da interrupção da gravidez quando decorrente de estupro.
- (D) a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação, é um de seus objetivos.
- (E) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, dependentes e harmônicos entre si, são poderes da União.

— QUESTÃO 13 —

Considerando-se o conteúdo jurídico do princípio da igualdade, é vedada:

- (A) a prática discriminatória com base na ocupação profissional, razão pela qual é inconstitucional a previsão de isenção de imposto de renda aos magistrados.
- (B) a ação afirmativa com vistas à inclusão de grupo historicamente periférico, dado que constitui medida discriminatória inadmitida pela Constituição de 1988.
- (C) a utilização do princípio da proporcionalidade como instrumento do controle de discriminações positivas empreendidas por meio de políticas públicas.
- (D) a imposição tributária de acordo com a capacidade econômica do cidadão, visto que ricos e pobres são titulares de iguais direitos.
- (E) a reserva de vagas para deficientes em concursos públicos, considerando que deve haver igualdade de condições para o ingresso ao serviço público.

— QUESTÃO 14 —

A leitura do lema “Educação: direito de todos e dever do Estado!” à luz do Direito Constitucional favorece o entendimento de que:

- (A) o direito fundamental à educação exclui o direito à creche, dado tratar-se de dever da família.
- (B) a educação é dever exclusivo do Estado, sendo, portanto, alheio à família e à sociedade.
- (C) o dever do Estado com a educação dos deficientes é de atendimento educacional especializado, obrigatoriamente, fora da rede regular de ensino.
- (D) a gratuidade do ensino público veda a percepção de quaisquer valores pelos estabelecimentos oficiais ainda que de cunho voluntário.
- (E) a omissão no oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público importa em responsabilidade da autoridade competente.

— QUESTÃO 15 —

A Constituição Federal de 1988 prevê a saúde como direito fundamental a ser assegurado ao cidadão. A propósito desse direito,

- (A) assegura-se o fornecimento de medicamentos de alto custo exclusivamente aos necessitados, devido à infinidade das demandas e à finitude dos recursos.
- (B) é exclusiva do Ministério Público a legitimidade para ajuizamento de ação de mandado de segurança com vistas a promover o fornecimento de medicamentos.
- (C) é vedada à iniciativa privada a exploração econômica da assistência à saúde dado o direito fundamental à saúde ser consectário do direito à vida.
- (D) regula-se o Sistema Único de Saúde (SUS) exclusivamente por meio da legislação infraconstitucional, visto que está fora das matérias constitucionais.
- (E) é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de saúde com fins lucrativos.

— QUESTÃO 16 —

A Constituição Federal de 1988 prevê a família como célula *mater* da sociedade, ao que goza, assim, de especial proteção do Estado. Por isso,

- (A) concebe-se como família aquela união feita por pessoas de diferentes sexos, desde que formalizada perante as autoridades notariais de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- (B) entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- (C) são exercidos diferentemente pelo homem e pela mulher, tendo em vista a própria diferença de gênero e os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.
- (D) considera-se o casamento religioso inapto para gerar efeito civil, visto que a República Federativa do Brasil constitui um Estado laico.
- (E) é de livre decisão do casal o planejamento familiar, admitindo-se, porém, intervenção coercitiva do Estado para controle da natalidade.

— QUESTÃO 17 —

O poder de tributar implica o poder de destruir. Com base nessa premissa, a Constituição de 1988 estabelece uma série de direitos fundamentais do contribuinte previstos no título do Sistema Tributário Nacional e, por isso,

- (A) o princípio da capacidade contributiva autoriza a imposição de alíquotas progressivas no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), conforme o valor, a localização e o uso do imóvel.
- (B) a fixação de alíquotas progressivas de Imposto Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCM-D) é inconstitucional em função de o art. 145, §1º, da CF, ter aplicação exclusiva aos impostos reais.
- (C) o Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela inconstitucionalidade da cobrança da Contribuição sobre Iluminação Pública (COSIP).
- (D) as taxas são espécies tributárias aptas à remuneração de serviços públicos universais, específicos e divisíveis, a exemplo da limpeza de logradouros públicos.
- (E) o direito fundamental ao não confisco tributário é inaplicável às multas tributárias, dado que a multa está fora do rol dos tributos.

— QUESTÃO 18 —

As imunidades tributárias são consectárias de direitos fundamentais que o constituinte pretendeu prestigiar. A esse respeito, a Constituição Federal prevê que a imunidade

- (A) dos templos de qualquer culto é decorrente do direito fundamental à liberdade religiosa em contraste com a laicidade do Estado.
- (B) dos partidos políticos constitui garantia fundamental ao pluralismo político que, portanto, deixa de contemplar suas fundações.
- (C) tributária comporta interpretação restritiva na medida em que representa benefícios.
- (D) dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão é decorrente do direito fundamental à livre manifestação de ideias e pensamentos.
- (E) religiosa comporta aplicação exclusiva às religiões oficiais titulares de templos religiosos.

— QUESTÃO 19 —

O controle de constitucionalidade das normas é consectário da supremacia da norma constitucional. A propósito da jurisdição constitucional,

- (A) a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é remédio subsidiário no controle concentrado de constitucionalidade que tem como propósito questionar atos legislativos editados antes da Constituição de 1988.
- (B) as entidades de classe de âmbito nacional, independentemente da demonstração da pertinência temática, são legitimadas para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) a liminar concedida em Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal possui, de regra, efeitos *erga omnes* e retroativos (*ex tunc*), alcançando, assim, automaticamente atos pretéritos à sua concessão.
- (D) a cláusula de reserva do plenário, prevista no art. 97 da CF de 1988, tem aplicação exclusiva no controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) a modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade tem como pressupostos legais o interesse público e a segurança jurídica.

— QUESTÃO 20 —

O orçamento público constitui importante instrumento assecuratório de direitos fundamentais. Por isso, a Constituição de 1988 prevê título específico para as Finanças Públicas. Nesse contexto,

- (A) o orçamento público é editado por meio de lei ordinária com caráter coercitivo.
- (B) a legalidade é princípio orçamentário indicador de que a lei orçamentária excluirá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa.
- (C) a vinculação da receita de impostos para o Fundo de Combate à Pobreza é exceção ao princípio orçamentário da não afetação de receita de impostos.
- (D) o plano plurianual é de vigência quadrienal, enquanto a lei de diretrizes orçamentárias tem vigência trienal.
- (E) a lei orçamentária anual compreenderá exclusivamente o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social.

— QUESTÃO 21

Os princípios administrativos são postulados orientadores essenciais que inspiram toda conduta dos integrantes da Administração Pública. Nesse contexto,

- (A) em obediência aos princípios da legalidade e da segurança jurídica, no âmbito do regime jurídico-administrativo, é inadmissível à Administração Pública alterar unilateralmente relações jurídicas já estabelecidas, constituindo o administrado em obrigações por meio de atos unilaterais.
- (B) em atenção ao princípio da publicidade decorre a proibição de constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em divulgação de atos, programas ou campanhas de órgãos públicos.
- (C) pelo princípio da supremacia do interesse público advém a regra de que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data de sua ciência, salvo comprovada má-fé.
- (D) em consagração os princípios do contraditório e ampla defesa, no âmbito do processo administrativo os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
- (E) pelo princípio da eficiência, a Administração Pública, na execução dos atos administrativos, tem o dever de alcançar a finalidade normativa, pois se trata de princípio diretamente vinculado ao princípio da legalidade e da supremacia do interesse público.

— QUESTÃO 22

João detém uma autorização de exploração de um restaurante que funciona dentro de uma área pública de determinada prefeitura, onde, há cerca de trinta anos, abre para o almoço e lanche dos servidores que ali trabalham. Contudo, o novo prefeito deseja construir uma praça de convivência no local onde se situa o restaurante de João, de modo que expediu ato administrativo revogando a autorização de uso do bem público, conferindo prazo de sessenta dias para que se desocupasse a área em questão. João procurou a Defensoria Pública para obter orientação jurídica com relação à situação, já que depende do restaurante para sustentar sua família. Considerando essa situação hipotética e de acordo com ordenamento jurídico, a doutrina e jurisprudências pátrias, será orientado ao interessado que:

- (A) tratando-se de autorização de mais de trinta anos, configura-se ato administrativo estável, de modo que prefeitura deveria ter ajuizado ação de despejo a fim de reaver o imóvel, devendo João aguardar a notificação judicial de retirada.
- (B) caracterizando-se o ato do prefeito como unilateral e discricionário, a única medida possível é verificar a regularidade do ato revogador, a fim de aferir possíveis vícios na sua constituição.
- (C) caberá impetração de mandado de segurança para questionar o ato, sob fundamento de que o ato do prefeito consiste, em verdade, em desapropriação indireta.
- (D) caberá ajuizamento de medida cautelar para garantir a continuidade do funcionamento do restaurante, com fundamento na ilegalidade do ato do prefeito e na ausência de motivação idônea.
- (E) caberá ajuizamento de demanda sob o rito ordinário para questionar os motivos da revogação da autorização com pleito para impedir, até o fim da lide, a realização de novas obras que afetem o funcionamento do restaurante.

— QUESTÃO 23 —

Os servidores públicos, enquanto agentes que exercem uma função pública, estão sujeitos a uma série de proibições, podendo vir a responder a um processo administrativo-disciplinar caso exerçam irregularmente suas atribuições. Nesse sentido e considerando os termos da Lei 8.112/90,

- (A) o servidor público, dentre outras proibições legais, está impedido de participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, ainda que na qualidade de acionista, cotista ou mandatário.
- (B) a penalidade de suspensão, nos termos da lei, será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que estejam fora do rol das puníveis com demissão, vedada sua conversão em multa.
- (C) a sindicância poderá ensejar a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até noventa dias, de modo que, se o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão maior que o referido prazo, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- (D) a produção de prova testemunhal é assegurada no âmbito do processo administrativo disciplinar, e o depoimento da testemunha arrolada será prestado oralmente e reduzido a termo, facultando-se à referida testemunha trazê-lo por escrito nas hipóteses que a lei especifica.
- (E) o fato hipoteticamente tido como ilícito, em apuração no processo disciplinar, que vier a ter sua punibilidade extinta pela prescrição implicará na determinação do registro desse fato nos assentamentos individuais do servidor pela autoridade julgadora.

— QUESTÃO 24 —

O controle da Administração Pública consiste em exercer a fiscalização e a revisão das atividades administrativas, como mecanismo de garantia dos administrados e da própria Administração. Com base nessas premissas, tem-se que o controle

- (A) jurisdicional por intermédio de mandado de segurança é inadmissível contra ato de que caiba recurso com efeito suspensivo, devidamente caucionado, estando pendente a decisão administrativa, assim como em face de decisão judicial transitada em julgado.
- (B) jurisdicional por intermédio da reclamação ao Supremo Tribunal Federal é cabível em face de ato administrativo que contrariar súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo reclamado, substituindo-o com a observância da redação da súmula.
- (C) financeiro realizado pelo Poder Legislativo na Administração Pública envolve o denominado controle de economicidade, de modo a permitir o exame do mérito, com a finalidade de verificar se o órgão procedeu da forma mais econômica na aplicação da despesa pública, atendendo à relação custo-benefício.
- (D) legislativo da Administração pública envolve o controle político que, como a própria nomenclatura evidencia, abrange essencialmente aspectos de mérito, deixando de se imiscuir nos aspectos de legalidade do ato.
- (E) externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União que poderá sustar, caso deixe de ser atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Presidência da República e ao órgão interessado.

— QUESTÃO 25 —

Conforme previsão constitucional e disciplina da Lei 8.080/90, a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo as ações e serviço de saúde integrar uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um Sistema Único de Saúde, o SUS. Nesse contexto,

- (A) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos somente nas hipóteses que a lei expressamente autorizar.
- (B) a lei determina que, caso as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, é vedado recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.
- (C) a direção, os cargos e as funções de chefia e assessoramento, no âmbito do SUS, poderão ser exercidas em regime de tempo integral e parcial, observadas as peculiaridades das atribuições envolvidas.
- (D) o SUS, além de outras atribuições, possui a competência de fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo.
- (E) o STF pacificou entendimento de que é subsidiária a responsabilidade dos Entes da Federação em matéria de saúde, aplicável às demandas judiciais que envolvem fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos.

— QUESTÃO 26 —

Em contraponto ao formalismo exacerbado na execução das obrigações contratuais, desenvolveu-se na Inglaterra, a partir do século XVIII, a teoria do adimplemento substancial, corolário do princípio da boa-fé objetiva positivado no ordenamento jurídico brasileiro a partir da entrada em vigor da Lei n. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). A esse respeito, considera-se que

- (A) a aplicação da teoria do adimplemento substancial prescinde do cumprimento de parte significativa das obrigações contratuais por quem dela se beneficia.
- (B) a teoria do adimplemento substancial tende a preservar o negócio jurídico aventado, limitando o direito do credor à *exceptio non adimpleti contractus*, quando, diante de um adimplemento das obrigações tão próximo do resultado final e tendo em vista a conduta das partes, deixa de ser razoável a resolução contratual.
- (C) a aplicação da teoria do adimplemento substancial restringe-se às relações de consumo no direito brasileiro.
- (D) a falta de positivação do princípio da boa-fé objetiva no ordenamento jurídico brasileiro impediu que os tribunais pátrios o aplicassem na resolução de casos concretos, de modo que a *exceptio non adimpleti contractus* foi aplicada de maneira absoluta até o ano de 1990.
- (E) a determinação expressa no artigo 475 do Código Civil proíbe à parte lesada pelo inadimplemento que propugne pela resolução contratual.

— QUESTÃO 27 —

No que diz respeito à locação de imóveis, a Lei n. 8.245, de 1991, determina que

- (A) a locação residencial, quando ajustada verbalmente ou por escrito e com prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido pelos contratantes, prorrogase automaticamente, podendo ser retomado o imóvel exclusivamente para uso do próprio locador.
- (B) a benfeitoria necessária introduzida pelo locatário, ainda que à revelia do locador, bem como as úteis, desde que autorizadas pelo locador serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, independentemente de expressa disposição contratual em contrário.
- (C) o direito de preferência do locatário em adquirir o imóvel locado nas mesmas condições ofertadas a terceiros, ausente manifestação inequívoca, caduca em 6 (seis) meses, contados da data em que o locatário teve ciência inequívoca da intenção do locador em realizar o negócio.
- (D) o direito de preferência do locatário de que dispõe o artigo 27 se sobrepõe ao do condômino interessado na aquisição.
- (E) a exigência de mais de uma modalidade de garantia em um mesmo contrato de locação é vedada, sob pena de nulidade.

— QUESTÃO 28 —

A respeito do instituto da posse, o Código Civil de 2002 regula que

- (A) o sucessor universal continua de direito à posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é proibido unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.
- (B) o domínio será adquirido por aquele que, por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, independentemente de título e boa-fé.
- (C) a alegação de propriedade, ou outro direito à coisa, não obsta a manutenção ou reintegração na posse, salvo quando quem alega apresenta título dominial.
- (D) o possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- (E) as benfeitorias úteis serão ressarcidas ao possuidor de má-fé.

— QUESTÃO 29 —

A respeito do casamento e da união estável e de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro e a recente jurisprudência dos tribunais superiores pátrios,

- (A) o Código Civil de 2002 veda expressamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, permitindo, entretanto, e de acordo com a letra da lei, a união estável homoafetiva.
- (B) o Conselho Nacional de Justiça, por meio de resolução, veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, de celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.
- (C) o casamento é civil e gratuita sua celebração, sendo isento de selos emolumentos e custas de habilitação, o registro e a primeira certidão às pessoas pobres, independentemente de declaração.
- (D) o casamento nuncupativo poderá ser celebrado na presença de três testemunhas livres de parentesco em linha reta, ou na colateral, até o segundo grau com os nubentes.
- (E) o casamento celebrado no Brasil prova-se exclusivamente pela certidão do registro civil de pessoas naturais.

— QUESTÃO 30 —

A respeito do Direito das Sucessões, e de acordo com o ordenamento jurídico pátrio,

- (A) a sucessão e a legitimação para suceder são reguladas pela lei vigente ao tempo do nascimento do sucessor.
- (B) a renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento público ou privado ou de termo judicial.
- (C) a ação de petição de herança, quando exercida por um só dos herdeiros, só compreenderá os bens que lhe couber.
- (D) as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão são expressamente legitimadas a suceder.
- (E) a deixa de bens ou direitos ao filho do concubino é ilícita, ainda quando seu pai for o próprio testador.

— QUESTÃO 31 —

Para a execução, é indispensável a existência de título líquido, que indique a quantidade de bens ou valores que constituem a obrigação. Em caso de título judicial ilíquido, em que haja a necessidade de alegar e provar fato novo para se chegar ao *quantum debeatur*, será necessária a

- (A) liquidação por cálculo, remetendo-se o processo ao contador judicial para que seja elaborada memória atualizada do débito.
- (B) liquidação por arbitramento, ante a necessidade de realização de prova pericial para a comprovação de tais fatos.
- (C) liquidação por artigos, sendo impossível o rejulgamento da causa ou a modificação da sentença que a julgou.
- (D) oposição de embargos declaratórios com o fim de integrar a omissão do julgador, que está desautorizado a proferir sentenças ilíquidas.
- (E) apresentação de ação autônoma de liquidação, cuja sentença será recorrível por apelação à autoridade competente.

— QUESTÃO 32 —

M. G. ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de J. C., que atropelou e matou seu marido, C. F., em acidente de veículo. Como fundamento da reparação material, M. G. argumentou que possui enfermidade grave que a impossibilita de trabalhar, sendo que ela e os três filhos dependiam da remuneração do marido para o seu sustento. A título de danos materiais, pediu o pagamento dos valores correspondentes ao salário de C. F. até o fim de sua vida. Quanto ao dano moral pelo sofrimento causado, M. G. delegou a sua fixação ao prudente arbítrio do juiz. Desprovida de recursos financeiros desde o falecimento de C. F., M. G. requereu a fixação liminar de uma pensão alimentícia, a ser paga por J. C. mensalmente, no valor do salário percebido por C. F. ao tempo de sua morte. A medida pleiteada por M. G. é

- (A) de natureza cautelar, diante do fim precípuo de resguardar a efetividade e a utilidade do resultado final da ação de reparação de danos proposta.
- (B) de natureza antecipatória da tutela, especificamente da tutela inibitória, com a finalidade de evitar a prática de ato ilícito por parte de J. C.
- (C) do tipo antecipação da tutela reintegratória, pois visa remover o ilícito praticado, retornando à situação anterior.
- (D) do tipo cautelar satisfativa, pois estão presentes tanto o elemento acautelatório, com o objetivo de resguardar o resultado útil do processo, como o elemento satisfativo, tendo em vista que os alimentos deverão ser pagos de imediato.
- (E) de antecipação parcial da tutela ressarcitória, uma vez que o provimento requerido liminarmente é coincidente com o pedido final, correspondente à reparação do dano material, na forma de pagamento de pensão alimentícia.

— QUESTÃO 33 —

Com a morte termina a personalidade civil do indivíduo, tendo início a sua sucessão. O inventário consiste na enumeração e descrição de todos os bens e obrigações que integram a herança, para que depois possa ser feita a adjudicação ou a partilha, de forma a atribuir a cada herdeiro o quinhão que lhe corresponde. Tendo em vista o procedimento de inventário e partilha, o ordenamento jurídico determina que

- (A) poderá o inventário ser feito extrajudicialmente, caso haja testamento, desde que as partes sejam plenamente capazes e haja consenso com relação à partilha.
- (B) ocorrerá o *inventário negativo* quando o acervo patrimonial deixado pelo *de cujus* for insuficiente para solver a totalidade das dívidas.
- (C) será homologatória a sentença judicial, havendo acordo entre as partes com relação à partilha, podendo essa sentença ser desconstituída no prazo de dois anos, por meio de ação rescisória.
- (D) será indispensável o procedimento do inventário para o recebimento de montantes depositados em contas individuais de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS deixados de receber em vida pelos titulares.
- (E) poderá o juiz determinar, de ofício, a abertura do inventário, quando nenhum dos legitimados o fizer no prazo legal.

— QUESTÃO 34 —

C. S. e J. S., casados sob o regime da comunhão parcial de bens, adquiriram conjuntamente uma casa no Bairro Feliz, com área total de 230 metros quadrados, na cidade de Goiânia, no dia 6 de agosto de 2011. Passados dois meses, C. S. saiu para comprar cigarros e não mais retornou à residência da família. No dia 5 de fevereiro de 2014, J. S. recebeu citação referente à ação de divórcio, ajuizada por C. S. em janeiro do mesmo ano. Na petição inicial, dentre alguns bens móveis, a casa adquirida pelo casal havia sido enumerada para fins de partilha. Tendo em conta a situação narrada, J. S.

- (A) tem direito à propriedade da integralidade do imóvel adquirido na constância da união, sendo proibida a partilha do bem, de forma que, para evitá-la, deverá ser ajuizada ação autônoma de usucapião de bens imóveis, cuja sentença terá natureza constitutiva do seu direito.
- (B) tem direito limitado ao equivalente à sua meação, sendo o casamento regido pela comunhão parcial de bens e tendo sido o imóvel adquirido na constância da união, a partilha do bem é medida que se impõe, na proporção de cinquenta por cento para cada cônjuge.
- (C) é proprietária do imóvel em sua integralidade, podendo alegar a usucapião do bem como matéria de defesa na ação de divórcio intentada por C. S., impedindo a partilha.
- (D) é desprovida do direito de usucapir a meação de C. S., pois faltam os cinco anos exigidos por lei para que a propriedade do imóvel lhe seja conferida em sua integralidade.
- (E) é proprietária do imóvel em sua integralidade, mas, para impedir a partilha, será necessário o ajuizamento de ação de usucapião autônoma, cuja sentença terá natureza meramente declaratória.

— QUESTÃO 35 —

F. T. ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com reparação de danos em face da Construtora e Incorporadora Queda Livre, visando à rescisão do contrato de promessa de compra e venda firmado em agosto de 2010. O objeto do contrato é a unidade 204 do Edifício Bons Ares, cuja entrega estava prevista para agosto de 2012. Diante do atraso na conclusão da obra, F. T. decidiu rescindir o contrato, pedir a restituição de todos os valores pagos à construtora pela aquisição do imóvel e ver reparados os danos morais em decorrência da demora na entrega das chaves. Foi proferida sentença declarando a rescisão do contrato e condenando a construtora ré a devolver R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) referentes aos valores pagos pela aquisição do imóvel até então, corrigidos monetariamente. O pedido de dano moral, entretanto, foi indeferido pelo juiz, que considerou que o inadimplemento da ré teria causado mero aborrecimento ao autor, insuficiente para ensejar qualquer indenização. F. T., mesmo insatisfeito com a negativa do dano moral, resolveu conformar-se com a sentença, tendo deixado passar o prazo recursal, na expectativa de encerrar mais rápido o processo. A construtora ré, todavia, interpôs recurso de apelação, visando reformar a sentença condenatória. Diante desta situação hipotética, F. T.

- (A) está impedido de interpor qualquer recurso, pois, tendo deixado passar o prazo recursal, deu-se a preclusão temporal.
- (B) poderá interpor apelação adesivamente, sendo que, caso a ré desista de seu recurso, a apelação adesiva deixará de ser conhecida.
- (C) está impedido de interpor qualquer recurso, ante a falta de interesse recursal, uma vez que a sentença proferida lhe foi favorável.
- (D) poderá interpor apelação, na forma adesiva, no prazo para o oferecimento das contrarrazões à apelação interposta pela ré, estando dispensado o pagamento de preparo, despesa paga pela ré no recurso principal.
- (E) poderá fazer pedido contraposto no bojo da petição das contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela ré, possibilitando a reforma da decisão judicial quanto ao dano moral indeferido.

— QUESTÃO 36 —

M. C. recebeu, no dia 10 de setembro, carta de citação proveniente de ação de cobrança ajuizada pela companhia distribuidora de água e esgoto de sua cidade, em razão de um débito de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Sem condições de arcar com um advogado, M. C. procurou a Defensoria Pública de seu Estado para defender-lhe no processo. O Aviso de Recebimento (AR) da carta de citação foi juntado ao processo no dia 02 de outubro de 2013, tendo o Defensor Público encarregado do caso apresentado contestação no dia 22 de outubro do mesmo ano. Com base nos fatos narrados, a contestação apresentada

- (A) está no prazo legal, pois o termo final do prazo para o oferecimento da contestação foi 1º.11.2013.
- (B) terá a sua intempestividade reconhecida pelo juiz, pois a contagem do prazo iniciou-se no dia seguinte ao do efetivo recebimento da carta de citação por M. C., tendo se encerrado no dia 25.09.2013.
- (C) deverá ser desentranhada dos autos, pois a contagem do prazo iniciou-se no exato dia em que M. C. teve ciência da ação, com o recebimento da carta de citação, tendo se encerrado no dia 24.09.2013.
- (D) está regular, pois os vinte dias para o oferecimento da contestação se encerraram no dia 22.10.2013.
- (E) carece de amparo legal, pois o prazo para o oferecimento da contestação iniciou-se no dia seguinte ao da juntada aos autos do aviso de recebimento cumprido, tendo se encerrado no dia 17.10.2013.

— QUESTÃO 37 —

É um exemplo de título executivo extrajudicial:

- (A) o acordo extrajudicial homologado judicialmente.
- (B) a sentença arbitral.
- (C) a sentença homologatória de conciliação ou transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo.
- (D) o honorário pericial arbitrado pelo juiz da causa, na qual o trabalho do perito fora realizado.
- (E) o formal de partilha.

— QUESTÃO 38 —

B. é proprietário de uma chácara a 50 km de Goiânia. Após uma viagem de três meses pela Europa, B. se depa-rou com um sujeito chamado J. ocupando o seu imóvel. J. estava morando na chácara de B. a pedido de V., que havia tomado posse do imóvel e se apresentado como seu dono, tendo contratado J. para cuidar da chácara como caseiro. Sem saber da situação, B. ajuizou ação reivindicatória em face de J., visando a imediata desocupação do imóvel, bem como a reparação dos prejuízos decorrentes da invasão. Sendo citado nos termos da ação proposta, J.

- (A) poderá chamar ao processo o verdadeiro esbulhador da posse de B., o senhor V., conforme demonstrado na narrativa dos fatos.
- (B) deverá nomear à autoria o senhor V., de forma a regularizar o polo passivo da demanda, sob pena de responder por perdas e danos decorrentes da extinção do processo sem resolução de mérito.
- (C) poderá denunciar à lide o senhor V., tendo em vista o seu direito de regresso contra este em caso de eventual condenação à reparação civil pecuniária de perdas e danos.
- (D) poderá ser assistido pelo senhor V., que possui total interesse no julgamento de improcedência da ação reivindicatória.
- (E) deverá apresentar defesa de mérito na ação, tendo em vista a sua legitimidade passiva para a demanda ajuizada.

— QUESTÃO 39 —

A par do poder geral de cautela, que autoriza o juiz a determinar qualquer providência que seja necessária para a proteção dos direitos dos litigantes, existem as medidas cautelares típicas descritas no Código de Processo Civil. Em relação a essas medidas, se reconhece que

- (A) o arrolamento de bens é medida cautelar destinada a resguardar universalidades de bens, sendo autorizado o seu requerimento por credor somente nos casos em que tenha lugar a arrecadação de herança.
- (B) a medida cautelar de arresto é cabível a um cônjuge, para preservar os bens a serem partilhados em ação de divórcio, quando o outro os estiver dilapidando, podendo recair sobre bens móveis, imóveis ou semoventes.
- (C) a produção antecipada de provas poderá ser requerida pela parte interessada quando houver risco de extravio ou perecimento de prova documental.
- (D) o caráter acessório das medidas cautelares prevê que, estando a causa principal já em sede recursal, a eventual cautelar de alimentos provisionais deverá ser requerida diretamente ao tribunal competente.
- (E) a medida cautelar de sequestro assegura futura execução de quantia certa, de forma que, uma vez efetivada, acabará sendo convertida em penhora no momento oportuno.

— QUESTÃO 40 —

Contra o acórdão que julga válida lei local contestada em face de lei federal, é cabível:

- (A) recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- (B) recurso ordinário constitucional para o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.
- (D) reclamação constitucional para o Supremo Tribunal Federal.
- (E) mandado de segurança impetrado perante o tribunal prolator da decisão.

— QUESTÃO 41 —

Um determinado agente comete um crime sob coação a que podia resistir. Nesse caso, a consequência jurídica será a

- (A) atipicidade da conduta.
- (B) exclusão da ilicitude da conduta.
- (C) exclusão da culpabilidade do agente.
- (D) aplicação de uma causa de diminuição de pena.
- (E) aplicação de uma atenuante genérica.

— QUESTÃO 42 —

A. M., primário e de bons antecedentes, foi condenado a seis anos de reclusão pela prática do crime de extorsão (art. 158, *caput*, Código Penal). Na hipótese, com referência a sua pena, o benefício do livramento condicional somente poderá ser concedido quando A. M. cumprir mais de

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 1 (um) ano e 6 (seis) meses.
- (C) 2 (dois) anos.
- (D) 3 (três) anos.
- (E) 4 (quatro) anos.

— QUESTÃO 43 —

G. S., primário e de bons antecedentes, furta R\$ 10.000,00 de seu próprio pai, um senhor de 55 anos. Na hipótese, conclui-se que G. S.

- (A) fica isento de pena.
- (B) responde pelo crime de furto privilegiado.
- (C) responde pelo crime de furto simples.
- (D) responde pelo crime de furto agravado.
- (E) responde pelo crime de furto qualificado.

— QUESTÃO 44 —

Segundo o Código Penal, configura crime de exploração de prestígio a conduta de

- (A) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (B) solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do MP, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.
- (C) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (D) entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- (E) solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

— QUESTÃO 45 —

Nos crimes definidos no *caput* e no § 1º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa, as penas poderão ser reduzidas de

- (A) um sexto a um terço, vedada a concessão de liberdade provisória.
- (B) um quinto a um terço, permitida a concessão de fiança.
- (C) um terço à metade, vedada a concessão de progressão de regime.
- (D) um sexto a dois terços, permitida a conversão em penas restritivas de direitos.
- (E) um a dois terços, vedada a concessão de livramento condicional.

— QUESTÃO 46 —

A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. Segundo o Código de Processo Penal, poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for

- (A) necessário aos cuidados de pessoa menor de sete anos de idade.
- (B) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência.
- (C) maior de setenta anos de idade.
- (D) enfraquecido por motivo de qualquer doença.
- (E) gestante a partir do sexto mês de gravidez.

— QUESTÃO 47 —

No plenário do júri, o tempo destinado à acusação e à defesa, na hipótese de haver mais de um acusado, será de

- (A) uma hora para cada, meia hora para a réplica e meia hora para a tréplica.
- (B) uma hora e meia para cada, uma hora para a réplica e uma hora para a tréplica.
- (C) duas horas para cada, uma hora e meia para a réplica e uma hora e meia para a tréplica.
- (D) duas horas e meia para cada, duas horas para a réplica e duas horas para a tréplica.
- (E) três horas para cada, duas horas e meia para a réplica e duas horas e meia para a tréplica.

— QUESTÃO 48 —

Nos termos da Lei n. 7.210/1984, a Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva. Incumbe, ainda, à Defensoria Pública

- (A) fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.
- (B) supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.
- (C) estimular e promover a pesquisa criminológica.
- (D) compor e instalar o Conselho da Comunidade.
- (E) requerer a emissão anual do atestado de pena a cumprir.

— QUESTÃO 49 —

Os crimes previstos na Lei n. 12.850/2013, que define organização criminosa, e as infrações penais conexas, serão apurados mediante procedimento

- (A) sumaríssimo, previsto na Lei n. 9.099/1995.
- (B) sumário, previsto no Código de Processo Penal.
- (C) ordinário, previsto no Código de Processo Penal.
- (D) especial, previsto na Constituição Federal.
- (E) extraordinário, previsto na Constituição Federal.

— QUESTÃO 50 —

Conforme expressamente previsto em lei, ainda que o acusado, citado por edital, não compareça e nem constitua advogado, o feito prosseguirá até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo, no processo por crime de

- (A) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (B) tráfico ilícito de drogas.
- (C) violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (D) extorsão mediante sequestro.
- (E) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

— QUESTÃO 51 —

A desconsideração da personalidade jurídica, é prevista para impedir que abusos e fraudes cometidos por sócios e administradores causem a consumidores prejuízos e danos, de outro modo irreparáveis. O ordenamento jurídico estabelece que tal desconsideração

- (A) atinge objetiva e subsidiariamente as sociedades controladas e as simplesmente coligadas.
- (B) depende da demonstração cabal da insolvência da pessoa jurídica devedora.
- (C) é medida excepcional, judicialmente determinada, diversa da extinção da pessoa jurídica.
- (D) submete-se, como exercício de direito potestativo, a prazo decadencial e ação própria.
- (E) confunde-se com a dissolução e liquidação da pessoa jurídica devedora.

— QUESTÃO 52 —

A previsão legal da nulidade de pleno direito da cláusula arbitral em fornecimento de produtos e serviços engloba contratos de

- (A) seguro médico-hospitalar.
- (B) locação residencial.
- (C) venda da própria casa.
- (D) conta corrente mercantil.
- (E) compra e venda de valores mobiliários.

— QUESTÃO 53 —

Sobre a defesa coletiva do consumidor e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), estatui a Lei n. 8.078/1990 que

- (A) os órgãos públicos e as entidades privadas de defesa do consumidor têm o dever de manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedor, e de divulgá-lo anual e publicamente.
- (B) as entidades de consumidores e as associações de fornecedores podem regular certos aspectos das relações de consumo por convenção escrita, devendo ela ser homologada por juiz ou anuída em acordo pelo Ministério Público.
- (C) a comprovação da hipossuficiência econômica dos membros da entidade de consumidores é condição indispensável para a legitimidade da Defensoria Pública para atuar no processo coletivo como assistente judicial da autora.
- (D) as entidades privadas de defesa do consumidor integram legalmente o SNDC e, se constituídas há um ano ou mais, têm legitimidade para a defesa coletiva do consumidor em juízo.
- (E) as entidades privadas de defesa do consumidor estão formalmente fora do SNDC, mas o estímulo à sua criação e desenvolvimento constitui instrumento de execução da Política Nacional de Relações de Consumo.

— QUESTÃO 54 —

A responsabilidade do fornecedor por vício do produto é

- (A) exclusiva do produtor no caso de bens *in natura*, mesmo quando este deixe de ser identificado claramente.
- (B) exclusiva do comerciante que, entregando quantidade inferior, faz a medição do produto por instrumento não aferido segundo padrões oficiais.
- (C) solidária entre o produtor e o comerciante no caso de diferença no conteúdo líquido de produto *in natura*, excluída a dos demais fornecedores.
- (D) solidária entre o fabricante e o produtor em todos os casos, excluídos o fornecedor presumido e o equiparado.
- (E) idêntica quanto à natureza jurídica, às opções do consumidor e à dos vendedores no Código Civil por vícios redibitórios.

— QUESTÃO 55 —

Aplicada a teoria finalista e consideradas as definições de fornecedor e de consumidor constantes no Código de Defesa do Consumidor, há relação de consumo na

- (A) aquisição de um veículo automotor por uma empresa transportadora para repor um veículo avariado de sua frota.
- (B) troca de um prédio rural pertencente a uma pessoa jurídica do agronegócio por outro pertencente a um produtor rural.
- (C) contratação de arrendamento mercantil de equipamentos de informática pelo centro de processamentos de dados de uma operadora de telefonia.
- (D) venda de doces em um estande de feira acadêmica por uma estudante de nutrição, como produto de trabalho escolar.
- (E) aquisição de gêneros alimentícios por uma montadora de automóveis para a festa de fim de ano que oferece a seus funcionários e familiares.

— QUESTÃO 56 —

Quanto ao *recall* ou convocação pelo fornecedor, a legislação prevê que

- (A) a prova da plena comunicação da convocação compete à montadora de veículo em que se usou peça defeituosa.
- (B) a omissão do adquirente que deixar de atender ao *recall* do eletrodoméstico montado com peça defeituosa exime o importador da responsabilidade por fato do produto.
- (C) o dano moral é indenizável mesmo que sem fato do produto, pois decorre do retorno à concessionária ou loja para substituição do bem ou da peça.
- (D) a troca do brinquedo avariado por outro perfeito mantém, ainda assim, o dever de o fornecedor indenizar, por vício do produto, o dano material do pai que o dera de Natal ao filho.
- (E) o consumidor tem direito ao abatimento do preço do bem objeto de *recall* por aplicação da responsabilidade pós-contratual.

— QUESTÃO 57 —

Quanto aos direitos do consumidor, a fixação de prazo de garantia contratual

- (A) exime o fornecedor da garantia legal nos contratos paritários.
- (B) constitui modalidade de prescrição convencional.
- (C) postpõe o termo inicial dos prazos de reclamação atinentes à garantia legal.
- (D) escapa à exigência de clareza nas informações do conteúdo quando gratuita.
- (E) é válida tanto feita oralmente quanto por escrito.

— QUESTÃO 58 —

Em matéria de cláusulas contratuais, o ordenamento jurídico prevê que

- (A) o abono de pontualidade nos contratos de trato sucessivo é uma sanção-prêmio e, portanto, deixa de configurar-se como uma cláusula penal.
- (B) o prazo de reflexão no caso de contratação de produtos por telefone equipara o negócio à venda a contento do Código Civil e exige justificção do arrependimento.
- (C) a multa compensatória é válida quando do inadimplemento total do negócio, mesmo que supere o limite da moratória e pode ser reduzida de ofício pelo juiz.
- (D) a cláusula de decaimento ou de perdimento total é válida nos contratos de compra e venda de imóveis em prestações quando houver inadimplemento.
- (E) a cláusula que exige de mutuários a outorga de mandato à instituição financeira para assinar cédulas hipotecárias é isenta de ilegalidade ou abusividade.

— QUESTÃO 59 —

O juiz de vara cível, que fixou o valor das prestações a serem pagas pelo comprador à construtora em mora na entrega de um apartamento na média resultante entre as propostas feitas pelas partes em conciliação, usou de

- (A) analogia sem autorização legal.
- (B) equidade por autorização legal do Código de Defesa do Consumidor e do Código de Processo Civil.
- (C) costumes por aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor e da Lei dos Juizados Especiais.
- (D) princípios gerais do direito, à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- (E) interpretação analógica sem autorização legal.

— QUESTÃO 60 —

Na proteção ao consumidor na ordem processual, insere-se a

- (A) proibição de ser mantida informação negativa sobre uma pessoa referente a período superior a cinco anos nos cadastros de consumidores.
- (B) inversão por determinação legal do ônus da prova atribuído ao fornecedor quanto à veracidade e correção da comunicação publicitária que patrocina.
- (C) isenção do consumidor das custas processuais relativas aos casos de inversão judicial do ônus da prova pericial.
- (D) proibição de publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
- (E) vedação legal, por falta de previsão da prorrogação da competência, da eleição pelo consumidor do domicílio do fornecedor para neste propor a demanda.

— QUESTÃO 61 —

Um conjunto articulado de ações por parte do Estado e da sociedade, desde a concepção de políticas públicas até a realização de programas locais de atendimento implementados por entidades governamentais e não governamentais, é corolário dos princípios estabelecidos no texto da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto,

- (A) a criança e o adolescente são objetos do direito e alvos da doutrina jurídica de proteção do menor em situação irregular, nos casos de abandono, prática de infração penal, desvio de conduta, falta de assistência, entre outros.
- (B) a doutrina da proteção integral originada através da Convenção dos Direitos da Criança aprovada pela ONU, ratificada no Brasil pela Lei Federal n. 728, de 14 de setembro de 1990, reafirma-se na doutrina do menor em situação irregular.
- (C) a Lei n. 8.069/1990 é instrumento de controle social da infância e do adolescente, vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos, dirigindo-se primariamente ao conflito instalado.
- (D) a lei abrange uma gama variada de disciplinas voltadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, com a responsabilidade solidariamente distribuída entre a família, a sociedade e o Estado.
- (E) a proteção dos direitos da criança e do adolescente é do Estado, que assume primariamente a responsabilidade, tendo como princípio a adoção do menor em situação irregular.

— QUESTÃO 62 —

A. S. O., nascido em janeiro de 1995, no final de 2011, utilizando uma arma de fogo calibre 38, praticou na companhia de dois outros amigos vários assaltos. Após realizada a audiência de apresentação, não foi mais encontrado. Na sentença, foi aplicada a medida socioeducativa de internação. Expedido novo mandado de busca e apreensão em 2014, segundo entendimento já ratificado pelos tribunais superiores, A. S. O.

- (A) permanecerá em liberdade, pois o ECA se aplica somente aos menores de 18 anos.
- (B) poderá ser apreendido, em razão de que as normas do ECA preveem a excepcionalidade até os 20 anos.
- (C) poderá ser apreendido, pois nesta condição permanecerá até completar o prazo da medida aplicada, que é de três anos.
- (D) deverá cumprir, seguindo lei específica, uma medida socioeducativa em meio aberto, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
- (E) será encaminhado ao ser apreendido para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, porém será reavaliado semestralmente até completar 21 anos, quando será compulsoriamente liberado.

— QUESTÃO 63 —

A liberdade, o respeito e a dignidade constituem direitos fundamentais da criança e do adolescente e, como tais, estão previstos expressamente na Lei n. 8.069/1990 (art.16). Esses direitos compreendem

- (A) ir e vir, estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- (B) opinar e expressar-se em atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que autorizados pelos seus responsáveis legais.
- (C) exercer a liberdade de crença e culto religioso, desde que acompanhados pelos pais ou familiares.
- (D) facultar a todos o cuidado de velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento ou constrangedor.
- (E) brincar, praticar esportes e divertir-se quando autorizados pelos pais ou responsáveis.

— QUESTÃO 64 —

À criança e ao adolescente que praticarem o ato reconhecido como ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar de maneira comum, dentre outras, as seguintes medidas:

- (A) advertência e liberdade assistida.
- (B) prestação de serviços à comunidade, obrigação de reparar o dano e acolhimento institucional.
- (C) inserção em medida socioeducativa de semiliberdade e inclusão em programa comunitário.
- (D) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (E) acompanhamento temporário e liberdade assistida.

— QUESTÃO 65 —

Em relação aos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, às entidades governamentais e não governamentais e aos conselhos tutelares entende-se que

- (A) a função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e está isenta de remuneração.
- (B) as entidades governamentais são dispensadas de proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento junto ao conselho municipal dos direitos da criança.
- (C) os conselhos tutelares são órgãos temporários e subordinados, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no texto constitucional.
- (D) o funcionamento das entidades não governamentais é condicionado ao registro junto ao conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente, que comunicará ao conselho tutelar esse registro.
- (E) a lei orçamentária estadual deverá prever os recursos necessários ao funcionamento dos conselhos tutelares e de sua respectiva estruturação material e pedagógica.

— QUESTÃO 66 —

A profissionalização e a proteção no trabalho é um dos direitos fundamentais assegurado na Constituição Federal de 1988 e no ECA. A Emenda Constitucional n. 20/1998 alterou o disposto no ECA em relação ao trabalho realizado por adolescentes. Nesse sentido,

- (A) é proibido o trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos de idade.
- (B) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo como de aprendiz, a partir de 14 anos.
- (C) é proibido qualquer espécie de trabalho aos menores de 18 anos, salvo na condição de aprendiz, assim mesmo só a partir de 16 anos.
- (D) é proibida a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- (E) é proibida a remuneração ou a participação na venda dos produtos de trabalho do adolescente, uma vez que isso desfigura o caráter educativo.

— QUESTÃO 67 —

Em relação às medidas de proteção que visam evitar ou afastar o perigo ou a lesão da criança ou do adolescente, tendo como fim preventivo e reparador, compreende-se que

- (A) as medidas de proteção são aplicáveis por provocação do Conselho Tutelar, sendo vedada a iniciativa aos membros do Ministério Público, salvo nos atos infracionais.
- (B) a ação do juiz corretiva de desvios a respeito do que estabelece o art. 98 do ECA pode ser dividida em dois eixos: as que corrigem desvios cometidos no âmbito do Poder Público aquele que o fazem no âmbito da família.
- (C) a intervenção máxima deve ser exercida pelas autoridades e instituições, ainda que a ação seja dispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente.
- (D) a aplicação das medidas específicas de proteção deverá levar em conta as necessidades assistenciais públicas, preferindo-se aquelas que visem às ações do Estado às que criam vínculos comunitários não específicos.
- (E) a apuração da situação de vulnerabilidade prevista no artigo 98 do ECA tem destaque no sentido de definir a competência das varas especializadas da infância e, principalmente, com relação à vara da família.

— QUESTÃO 68 —

A Lei n. 12.010/2009 alterou vários dispositivos da Lei n. 8.069/1990, especialmente quanto às disposições relativas ao direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Entre essas alterações, consta que

- (A) a perda e a suspensão do poder familiar são expressamente vinculadas à hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e de obrigações de guarda, sustento e educação dos filhos menores.
- (B) a colocação em família substituta do maior de dez anos deverá ter obrigatoriamente o seu consentimento, colhido em audiência.
- (C) o deferimento da tutela obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo-lhes a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- (D) o acesso ao processo de adoção será conferido ao adotado menor de 18 anos, a seu pedido, assegurando-lhe orientação e assistência jurídica e psicológica.
- (E) a criança ou o adolescente, sempre que possível e recomendável, enquanto não localizada pessoa interessada em sua adoção, será colocado em abrigo.

— QUESTÃO 69 —

A Lei n. 8.069/1990 garante o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos, sendo que

- (A) os menores de 16 anos serão assistidos e os maiores de 16 e menores de 21 anos representados por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil e processual.
- (B) a divulgação de atos judiciais e policiais é vedada, ressalvados os atos administrativos, que digam respeito à criança e ao adolescente, a que se atribua ato infracional.
- (C) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese da litigância de má-fé.
- (D) o juiz dará vista dos autos ao Ministério Público, que atuará como curador especial, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou com os do responsável.
- (E) a notícia de ato infracional poderá identificar o adolescente, se a fotografia, o nome ou apelido, a filiação e o parentesco forem autorizados pelos familiares.

— QUESTÃO 70 —

A Lei n. 12.594/2012 (Lei Sinase) institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional e estabelece que

- (A) o Estado é competente para criar, desenvolver e manter os programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade, internação e em meios abertos.
- (B) a autoridade judiciária vinculada ao programa em meio aberto deverá selecionar e credenciar as entidades assistenciais, sendo dispensados do procedimento os programas governamentais.
- (C) a reavaliação das medidas socioeducativas pode ser solicitada a qualquer tempo pelo adolescente, por seus pais ou responsáveis, pelo Ministério Público, pelo Defensor e pela direção do programa de atendimento.
- (D) o juiz da infância e juventude, examinando caso de maior de 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa e respondendo a processo-crime, será obrigado a extinguir a execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente.
- (E) o Plano Individual de Atendimento (PIA) será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do juiz responsável pela execução da medida socioeducativa, com a participação do Ministério Público.

— QUESTÃO 71 —

A Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas idosas. A respeito desses direitos, compreende-se que

- (A) as variadas legislações de política nacional, que antecedem essa lei, incluem a criação do Conselho Nacional do Idoso com o fim de assegurar os direitos sociais dos maiores de 60 anos de idade, conforme consta na Lei n. 8.842/1994.
- (B) a assembleia elaboradora da Constituição Federal de 1988 deixou de tratar desse tema especificamente como também dos direitos fundamentais do idoso em capítulo próprio, como tratou da família, da criança e do adolescente.
- (C) a prioridade no atendimento ao idoso é tratada por norma específica de lei especialmente destinada às pessoas maiores de 70 anos de idade.
- (D) as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos de idade terão prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figuram.
- (E) a saúde intelectual e espiritual deixou de ser considerada no Estatuto do Idoso por se tratar de bem ou valor estritamente pessoal.

— QUESTÃO 72 —

No que se refere às normas preliminares da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, em seu artigo 3º, o Estatuto do Idoso dispõe:

- (A) é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais, enumerando dentre eles o direito de acesso à Justiça, conforme expressamente previstos em norma preliminar.
- (B) é garantida a prioridade de atendimento ao idoso, salvo no recebimento de restituição do Imposto de Renda.
- (C) é instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.
- (D) é facultado às pessoas da comunidade em geral o direito de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação de direitos e garantias ao idoso de que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento, sendo o preceito de desobrigação, de natureza cogente.
- (E) é proibida a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.

— QUESTÃO 73 —

Quanto aos direitos fundamentais, o Estatuto do Idoso estabelece que:

- (A) a reserva no sistema de transporte coletivo interestadual, nos termos da legislação específica, será de quatro vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a quatro salários-mínimos.
- (B) a gratuidade nos meios de transportes coletivos urbanos e semiurbanos às pessoas na faixa etária entre 60 e 65 anos ficará a critério do que determina a legislação local, que disporá sobre as condições para o seu exercício.
- (C) as passagens para idosos com renda igual ou inferior a três salários-mínimos, que excederem às vagas gratuitas no transporte coletivo interestadual, terão o desconto de 30%, no mínimo, no seu valor.
- (D) as medidas de proteção ao idoso são restritas aos direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, aplicando-se as normas de direito de família quanto às demais hipóteses de colocação em situação de vulnerabilidade.
- (E) as transações ou os acordos relativos a alimentos deverão ser celebradas obrigatoriamente perante o Defensor Público, e passarão a ter efeito de título executivo judicial.

— QUESTÃO 74 —

As políticas de atendimento ao idoso serão efetuadas por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados e dos Municípios. O Estatuto do Idoso, em seu artigo 47, estabelece que, além das políticas sociais básicas previstas na Lei n. 8.842/1994, as linhas de ação da política de atendimento envolvem

- (A) políticas e programas de assistência social em caráter principal destinados a idosos em geral, incluindo aqueles providos de recursos financeiros.
- (B) serviços de acolhimento de idosos abandonados em logradouros públicos, hospitais e instituições de longa e curta permanências.
- (C) proteção jurídica e social por meio de convênios com entidades acadêmicas e educacionais da área jurídica e social para a defesa dos direitos dos idosos.
- (D) mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento ao idoso.
- (E) serviços gerais de atendimento para preservação dos vínculos familiares do idoso em qualquer situação de conflito.

— QUESTÃO 75 —

A Lei n.10.741/2003 estabelece, por meio de variadas disposições, normas de garantia aos direitos do idoso. A este respeito, compreende-se que

- (A) a prioridade na tramitação dos feitos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa maior de 65 anos, em qualquer instância, estende-se com a sua morte, ao cônjuge supérstite e aos herdeiros.
- (B) a falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade relativa do feito, que será declarada por provocação da parte, sendo vedado o seu reconhecimento de ofício.
- (C) a criação de varas especializadas e exclusivas do idoso é vedada ao Poder Público por ferir o princípio constitucional da igualdade, insculpido no art. 3º da Constituição Federal.
- (D) o filho do idoso será concorrentemente legitimado nas ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos.
- (E) o regime da separação de bens no casamento do maior de 60 anos será obrigatório, bastando para tanto que apenas um dos cônjuges complete a idade.

— QUESTÃO 76 —

Os direitos humanos ganharam nas últimas décadas especial atenção da sociedade e dos meios internacionais e já se encontram incorporados ao pensamento jurídico do século XXI. Estudiosos da matéria sustentam que o seu fundamento filosófico e a justificativa estão ligados a movimentos históricos, políticos e jurídico-sociais que marcaram a história da humanidade. Nessa perspectiva,

- (A) o fim da II Guerra Mundial e a negação do valor do ser humano fazem nascer os ideais representativos dos direitos humanos, quais sejam, igualdade, liberdade e fraternidade.
- (B) as primeiras declarações de direitos humanos incluem a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, com a Queda da Bastilha no século XIX.
- (C) a Idade Moderna, por meio dos racionalistas, preconizava o direito divino que pode ser despojado quando entra em sociedade.
- (D) as concepções positivistas, apesar de importante movimento, preconizavam que as leis, uma vez previstas no ordenamento jurídico, podem ser exigidas, pouco contribuindo para os direitos humanos.
- (E) o reconhecimento dos direitos humanos teve como um dos seus fundamentos filosóficos o movimento denominado "jusnaturalismo".

— QUESTÃO 77 —

Um dos documentos mais importante das Nações Unidas é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, que, em seu preâmbulo, enumera considerações e, em seguida, declara pontualmente direitos humanos universais por meio de vários artigos. No preâmbulo, considera-se que

- (A) ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.
- (B) ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- (C) todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.
- (D) todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
- (E) todas as nações devem ser encorajadas ao desenvolvimento de relações amistosas entre si.

— QUESTÃO 78 —

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos adotado pela Resolução 2.200-A da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1966, e retificado pelo Brasil no ano de 1992, propõe, de acordo com os países membros, que

- (A) os povos têm direito à autodeterminação, e, em virtude deste direito, determinam com restrições seu estatuto político e asseguram com limites seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
- (B) a pena de morte, nos países em que ainda exista, será respeitada com limitações, dentre elas a proibição às pessoas menores de 18 anos e às mulheres, em caso de gravidez.
- (C) a liberdade de opinião sofrerá restrições não previstas em lei, desde que se façam necessárias para assegurar o respeito aos direitos de proteção à segurança nacional.
- (D) a pessoa vítima de prisão ilegal terá direito à reparação, salvo quando tiver em período de comoção social e for para fim de apuração de fato ou de conduta relacionados à segurança nacional.
- (E) os Estados-partes que fizerem uso do direito de suspensão devem comunicar em 90 dias aos outros Estados as disposições que tenham suspenso, sem necessariamente indicar os motivos de tal suspensão.

— QUESTÃO 79 —

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1969, e ratificado pelo Brasil, dispõe que os Estados-parte se comprometem a

- (A) adotar medidas de proteção e assistência às crianças e aos adolescentes, sem distinção por motivo de filiação ou outra condição, estabelecendo o limite de idade sob o qual fica proibido o seu emprego assalariado.
- (B) reconhecer o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental, estabelecendo no pacto um percentual mínimo da renda do país destinado a assegurar este direito.
- (C) reconhecer que nenhuma das suas disposições poderá ser interpretada em detrimento do direito inerente a todos os povos de desfrutar e utilizar plena e livremente suas riquezas e seus recursos naturais.
- (D) atentar para o direito de desfrutar o progresso científico e suas aplicações e prover meios para a aquisição material e humana para aqueles considerados de menor poder econômico.
- (E) reconhecer o direito à educação e, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito, garantir a educação superior obrigatória e acessível gratuitamente a todos.

— QUESTÃO 80 —

No que se refere aos direitos humanos, quanto aos pactos internacionais e à incorporação de normas internacionais em geral e dos tratados no ordenamento jurídico interno, especialmente do Brasil, compreende-se que

- (A) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem como uma de suas atribuições a de estimular a consciência dos direitos humanos em relação aos povos da América.
- (B) o Pacto de São José da Costa Rica (1969) é uma das mais importantes normas internacionais e foi aprovado imediatamente no Brasil, sem nenhuma restrição ou reserva.
- (C) a Lei Maria da Penha resultou do descumprimento à decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência familiar e infantil.
- (D) o Supremo Tribunal Federal entendeu que os tratados internacionais de direitos humanos são normas secundárias, assegurando o cumprimento da norma constitucional, que prevê asilo político exclusivo de diplomatas.
- (E) o direito de renúncia de ser assistido por um defensor do Estado, segundo as convenções internacionais, é assegurado ao acusado, ainda que fique sem defesa por si próprio ou por advogado constituído.

— QUESTÃO 81 —

A cerca das três grandes vertentes jurídicas da proteção internacional da pessoa humana – direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados – existem convergências e divergências. Nesse sentido,

- (A) a visão compartimentalizada dessas três grandes vertentes encontra-se definitivamente implantada na atualidade.
- (B) a prática contemporânea deixa de admitir a aplicação simultânea de normas de proteção do direito internacional dos direitos humanos, do direito internacional dos refugiados e do direito internacional humanitário.
- (C) o processo de gradual distanciamento e divergência do direito humanitário, com a proteção internacional dos direitos humanos, tem-se manifestado nos planos normativo, hermenêutico e operacional.
- (D) o Estado, na proteção internacional da pessoa humana em tempo de paz, está isento em seus deveres jurídicos de tomar medidas positivas para prevenir, investigar e sancionar violações dos direitos humanos.
- (E) o reconhecimento, inclusive judicial, do alcance e da dimensão amplos das obrigações convencionais de proteção internacional da pessoa humana assegura a continuidade do processo de expansão do direito de proteção.

— QUESTÃO 82 —

A Resolução n. 60/147, adotada em 2005 pela Assembleia Geral da ONU, estabelece princípios e diretrizes básicos sobre o direito das vítimas de violações das normas internacionais de direitos humanos, incluindo o de obter reparações. Essa resolução

- (A) omitiu, no entanto, quanto à obrigação dos Estados de assegurar que a legislação interna seja compatível e harmônica com as normas internacionais de proteção dos direitos humanos.
- (B) sugeriu de forma indireta que os Estados devem adotar medidas adequadas para promover o acesso à justiça, de forma efetiva, célere e justa.
- (C) incluiu dentre os remédios para as graves violações de direitos humanos e de direito internacional humanitário, o direito de acesso à justiça de forma igualitária, inclusive à informação.
- (D) normatizou que a reparação deve ser de forma completa e efetiva, consubstanciando-se em indenização, prestação de serviços e proibição de conduta.
- (E) estabeleceu que o acesso à justiça tem abrangência individual, deixando a coletiva para grupos de vítimas ao encargo da legislação interna.

— QUESTÃO 83 —

Os tratados internacionais só se aplicam aos Estados-parte que expressamente consentiram com sua adoção, não podendo criar obrigações aos Estados que com eles não consentiram. No ordenamento jurídico brasileiro compreende-se que,

- (A) é da competência privativa do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, que devem ser referendados pelo Congresso Nacional.
- (B) é da competência do Senado deliberar de maneira decisiva, sobre tratados e acordos internacionais que acarretam gravosos encargos ao patrimônio público.
- (C) é equivalente à emenda constitucional todo tratado internacional sobre direitos humanos.
- (D) é considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal a prisão civil do devedor de alimentos.
- (E) é considerado definitivamente o aceite e a ratificação, pelo qual o Estado se obrigue ao ato jurídico internacional.

— QUESTÃO 84 —

A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos de 1969 destaca que “Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, de acordo com a legislação de cada Estado e as convenções internacionais”. Essa recomendação consiste em

- (A) conceder asilo diplomático ou territorial, sendo este uma modalidade definitiva de asilo político.
- (B) receber o estrangeiro em território nacional, sem os requisitos de ingresso, evitando punição ou perseguição baseada em crime de natureza política ou ideológica.
- (C) assistir ao refugiado estrangeiro em toda e qualquer situação de perseguição em seu país de nacionalidade.
- (D) facultar ao estrangeiro o asilo extraterritorial na forma definitiva, quando em perseguição no país de origem por questão puramente política.
- (E) reconhecer a condição do refugiado estrangeiro em território nacional, impedindo a sua expulsão em face ao motivo de ordem pública.

— QUESTÃO 85 —

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais expandiu o rol dos direitos econômicos, sociais e culturais, determinados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, compreendendo-se que

- (A) criou obrigações legais para os Estados-membros, permitindo a sua responsabilização internacional em casos de violação dos direitos ali enunciados.
- (B) estabeleceu de forma concisa a proteção das condições de trabalho, deixando de enumerar o direito de greve.
- (C) destacou os direitos sociais, econômicos e culturais, com regras de efetividade material, ou seja, não dependentes de regulamentação pelos Estados.
- (D) eximiu o Estado da obrigação de encaminhamento de relatórios, contendo as medidas adotadas e os obstáculos enfrentados.
- (E) deixou de recomendar o exame de outros critérios, dispensando-se a aplicação de um sistema de indicadores, para medir o progresso alcançado na realização dos direitos.

— QUESTÃO 86 —

De acordo com a Lei Complementar Federal n. 80/1994, são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) inamovibilidade de seus membros e descentralização.
- (B) unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- (C) estabilidade, vitaliciedade e descentralização.
- (D) irredutibilidade de subsídios e estabilidade.
- (E) impessoalidade e moralidade.

— QUESTÃO 87 —

É função institucional da Defensoria Pública, nos termos do artigo 4º, da Lei Complementar Federal n. 80/1994:

- (A) exercer o controle externo da atividade policial, nos limites da lei.
- (B) convocar audiências públicas para discutir quaisquer matérias sem pertinência com as funções institucionais.
- (C) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- (D) acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, caso o preso tenha advogado constituído.
- (E) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

— QUESTÃO 88 —

De acordo com o artigo 4º-A, da Lei Complementar Federal n. 80/1994, os assistidos da Defensoria Pública têm direito

- (A) à informação, exceto em relação ao recurso em caso de recusa de atuação do Defensor Público, cujo processamento é sigiloso.
- (B) à participação na eleição do Ouvidor-Geral desse órgão de assistência.
- (C) ao patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
- (D) à atuação de advogado dativo, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
- (E) à participação na Sessão de Conselho Superior, desde que envolva processo de seu interesse.

— QUESTÃO 89 —

De acordo com o artigo 6º, da Lei Complementar Estadual n. 51/2005, compete ao Defensor Público-Geral:

- (A) realizar correições e inspeções funcionais.
- (B) decidir a respeito de remoção voluntária dos integrantes da carreira.
- (C) elaborar lista tríplice destinada à promoção por merecimento.
- (D) autorizar afastamentos dos integrantes da Defensoria Pública.
- (E) recomendar correições extraordinárias.

— QUESTÃO 90 —

O Defensor Público do Estado, segundo o artigo 27, da Lei Complementar Estadual n. 51/2005, tem a prerrogativa de:

- (A) deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, sendo desnecessário comunicar tal fato ao Defensor Público-Geral.
- (B) ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios judiciais e as secretarias do fórum, ressalvadas as vedações legais.
- (C) representar a parte, em feito judicial ou administrativo, por meio de instrumento de mandato que tem estruturação formal própria.
- (D) requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes certidões, exames, perícias, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições.
- (E) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda que presos ou detidos, exceto se incommunicáveis.

— QUESTÃO 91 —

Segundo a Constituição Federal de 1988, a competência para legislar sobre assistência jurídica e Defensoria Pública é

- (A) privativa da União.
- (B) comum da União e dos Municípios.
- (C) privativa dos Municípios.
- (D) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

— QUESTÃO 92 —

A Lei n. 1.060/1950, que prevê normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, estabelece que

- (A) os benefícios da lei são assegurados aos nacionais e estrangeiros sem residência no país que necessitem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.
- (B) a presunção de pobreza recai sobre aquele cuja renda familiar é inferior a três salários-mínimos.
- (C) a assistência judiciária compreende as isenções das taxas judiciárias, dos selos, dos emolumentos, das custas e dos honorários de advogado e peritos.
- (D) a impugnação do direito à assistência judiciária suspende o curso do processo e será feita em autos apartados.
- (E) os benefícios da assistência judiciária previstos na lei são transmitidos aos cessionários de direito.

— QUESTÃO 93 —

Acerca da prerrogativa de intimação pessoal dos membros da Defensoria Pública e da contagem dos prazos, conforme jurisprudência consolidada, considera-se

- (A) válida a intimação da data de julgamento da apelação feita a Defensor Público diverso daquele que efetivamente tenha atuado no feito.
- (B) iniciada a contagem do prazo para a prática do ato quando o Defensor Público apõe o ciente nos autos, independente da data do seu recebimento no órgão.
- (C) dispensável a intimação pessoal do Defensor Público, em processo de *habeas corpus*, em razão da sua natureza, mesmo que haja pedido expresso de sustentação oral.
- (D) pacificado o entendimento de que a prerrogativa de contagem em dobro dos prazos deve ser sempre observada, mesmo no rito dos juizados especiais criminais.
- (E) suficiente para caracterizar a intimação pessoal a presença do Defensor Público na audiência em que foi proferida a sentença, sendo desnecessária a remessa dos autos.

— QUESTÃO 94 —

Tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar Federal n. 80/1994, a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado

- (A) é exercida pelo Ouvidor-Geral, escolhido pelo Conselho Superior, entre cidadãos de reputação ilibada, não integrante da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (B) é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição.
- (C) é exercida pelo Subdefensor Público-Geral, que poderá ser destituído desse cargo por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, antes do término do mandato.
- (D) é exercida pelo Defensor Público-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis da carreira e maiores de trinta e cinco anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinomial e obrigatório de seus membros.
- (E) é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores dessa instituição.

— QUESTÃO 95 —

A Resolução n. 2.656/2011, da Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovada na quarta sessão plenária, realizada em 7 de junho de 2011, ao considerar que o acesso à justiça, como direito humano fundamental, é também o meio que possibilita restabelecer o exercício dos direitos que tenham sido ignorados ou violados, determina:

- (A) apoiar o trabalho que vêm desenvolvendo os defensores públicos oficiais, que constitui um aspecto essencial para o fortalecimento do acesso à justiça e à consolidação da democracia.
- (B) recomendar aos Estados-membros, que já dispõem do serviço de assistência jurídica gratuita, que adotem medidas para impedir que os defensores públicos oficiais gozem de independência e autonomia funcional.
- (C) instituir o sistema *judicare*, permitindo que ao lado de defensores públicos oficiais atuem advogados em regime *pro bono*, em cooperação internacional para o intercâmbio de experiências e boas práticas.
- (D) recomendar a contratação de advogados dativos para garantir o acesso à justiça de todas as pessoas, em especial daquelas que se encontram em situação especial de vulnerabilidade.
- (E) incentivar os Estados e os órgãos do Sistema Interamericano a que promovam a celebração de convênios para a contratação e capacitação de advogados particulares.

— QUESTÃO 96 —

Considerando a segunda onda renovatória de acesso à Justiça, nas formulações de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, a legitimidade da Defensoria Pública para a propositura da ação civil pública

- (A) decorre da Lei Federal n. 11.448 de 2007, sem previsão expressa na Lei Complementar Federal n. 80 de 1994.
- (B) exige prévia autorização do Defensor Público-Geral do Estado ou do Conselho Superior, em se tratando de interesse difuso.
- (C) antecede a Lei Federal n. 11.448 de 2007, pois já era admitida na defesa dos direitos do consumidor e como decorrência da assistência jurídica integral.
- (D) é ampla e irrestrita, independente de pertinência com as finalidades institucionais e do favorecimento a grupo de pessoas hipossuficientes.
- (E) está restrita aos direitos coletivos e individuais homogêneos de pessoas economicamente necessitadas, excluindo os de natureza difusa.

— QUESTÃO 97 —

A Emenda Constitucional n. 45/2004 assegurou autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária

- (A) às Defensorias Públicas Municipais.
- (B) ao Ministério Público.
- (C) às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.
- (D) às Defensorias Públicas Estaduais.
- (E) ao Poder Judiciário.

— QUESTÃO 98 —

De acordo com o artigo 130, da Lei Complementar Federal n. 80/1994, além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública dos Estados é vedado

- (A) exercer atividade político-partidária em qualquer circunstância.
- (B) residir em localidade diversa daquela onde exercem suas funções.
- (C) exercer suas funções em processo ou procedimento em que haja atuado como representante da parte, como perito, juiz ou membro do Ministério Público.
- (D) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições, salvo se autorizados.
- (E) exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.

— QUESTÃO 99 —

Os Defensores Públicos do Estado, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 32, da Lei Complementar Estadual n. 51/2005, são passíveis das seguintes sanções:

- (A) multa e censura.
- (B) advertência, remoção compulsória, demissão e cassação de aposentadoria.
- (C) suspensão por prazo indeterminado e prestação pecuniária.
- (D) cassação de disponibilidade e multa.
- (E) prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

— QUESTÃO 100 —

Com base na Lei Complementar Federal n. 132/2009, que alterou a Lei Complementar Federal n. 80/1994, fica estabelecido que

- (A) o status de Defensor Público depende de sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) a garantia de sentar-se à direita do juiz, em plano diferente do Ministério Público, é prerrogativa do membro da Defensoria Pública.
- (C) a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.
- (D) o instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo judicial.
- (E) a assistência jurídica integral e gratuita será exercida pela Defensoria Pública ou por meio de convênio desta com a Ordem dos Advogados do Brasil.